

CIDADES E MEMÓRIAS OCULTAS:

inscrições e silenciamentos da Ditadura no espaço urbano
carioca

EIXO 03: Representações, Memória e Preservação do Urbano

PARIS AVILA, Pamela

Doutoranda; PROARQ UFRJ
pamelap.avila@gmail.com

PINHEIRO SANTANA, Ethel

Prof.Doutora; PROARQ UFRJ
ethel@fau.ufrj.br

RESUMO

O artigo investiga como algumas memórias traumáticas da Ditadura civil-militar brasileira (1964–1985) permanecem inscritas no espaço urbano do Rio de Janeiro, mesmo na ausência de marcas materiais visíveis, por meio da vivência das narrativas de determinados praticantes da cidade. A partir do recorte territorial da Grande Glória (Catete, Flamengo, Glória e Laranjeiras) analisa-se como experiências de repressão e resistência continuam a organizar percepções, trajetórias e práticas cotidianas. Fundamentado no papel duplo da memória, que também é o de esquecer, o estudo compreende a cidade como palimpsesto simbólico e campo de disputa narrativa, onde representações oficiais convivem com memórias subterrâneas. Por meio de entrevistas realizadas de forma peripatética e análise qualitativa de relatos de interlocutores, propõe-se a construção de uma contra-cartografia afetiva que evidencia zonas de silenciamento e resignificação urbana no recorte espacial analisado. O artigo contribui para o debate sobre representações, memória e preservação do espaço urbano e incorporar experiências marginalizadas na produção do espaço.

Palavras-chave: memória urbana; representações da cidade; espaço urbano; silenciamento.

PENSAR FORA DO EIXO

ABSTRACT

The article investigates how certain traumatic memories of the Brazilian civil-military dictatorship (1964–1985) remain inscribed in the urban space of Rio de Janeiro, even in the absence of visible material traces, through the lived narratives of particular practitioners of the city. Focusing on the territorial area of Greater Glória (Catete, Flamengo, Glória, and Laranjeiras), the study analyzes how experiences of repression and resistance continue to shape perceptions, trajectories, and everyday practices. Grounded in the dual role of memory, which also involves forgetting, the research understands the city as a symbolic palimpsest and a field of narrative dispute, where official representations coexist with subterranean memories. Through peripatetic interviews and qualitative analysis of the narratives of interlocutors, the study proposes the construction of an affective counter-cartography that highlights zones of silencing and urban re-signification within the analyzed spatial area. The article contributes to debates on representations, memory, and the preservation of urban space by incorporating marginalized experiences into the production of space.

Keywords: urban memory; urban representations; urban space; silencing

RESUMEN

El artículo investiga cómo algunas memorias traumáticas de la dictadura cívico-militar brasileña (1964–1985) permanecen inscritas en el espacio urbano de Río de Janeiro, incluso en ausencia de marcas materiales visibles, a través de las vivencias narrativas de determinados practicantes de la ciudad. A partir del recorte territorial de la Gran Glória (Catete, Flamengo, Glória y Laranjeiras), se analiza cómo las experiencias de represión y resistencia continúan organizando percepciones, trayectorias y prácticas cotidianas. Basado en el doble papel de la memoria, que también implica el acto de olvidar, el estudio comprende la ciudad como un palimpsesto simbólico y un campo de disputa narrativa, donde las representaciones oficiales conviven con memorias subterráneas. Mediante entrevistas realizadas de forma peripatética y el análisis cualitativo de los relatos de los interlocutores, se propone la construcción de una contra-cartografía afectiva que evidencia zonas de silenciamiento y resignificación urbana en el recorte espacial analizado. El artículo contribuye al debate sobre representaciones, memoria y preservación del espacio urbano al incorporar experiencias marginadas en la producción del espacio.

Palabras clave: memoria urbana; representaciones de la ciudad; espacio urbano; silenciamiento

PENSAR FORA DO EIXO

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa investiga como memória, espaço urbano e cidade se entrelaçam no Rio de Janeiro no período posterior à Ditadura civil-militar brasileira (1964–1985), compreendendo o território urbano como campo de disputa simbólica onde diferentes narrativas sobre o passado competem por reconhecimento, visibilidade e legitimidade. Ao analisar depoimentos e registros memorialísticos de pessoas que viveram o período da Ditadura, o estudo busca compreender como certos espaços urbanos, marcados por experiências de repressão e resistência, permanecem ativos na experiência daqueles que viveram o período, revelando uma paisagem urbana tensionada e carregada de significações afetivas, praticamente invisibilizadas ao cidadão ordinário.

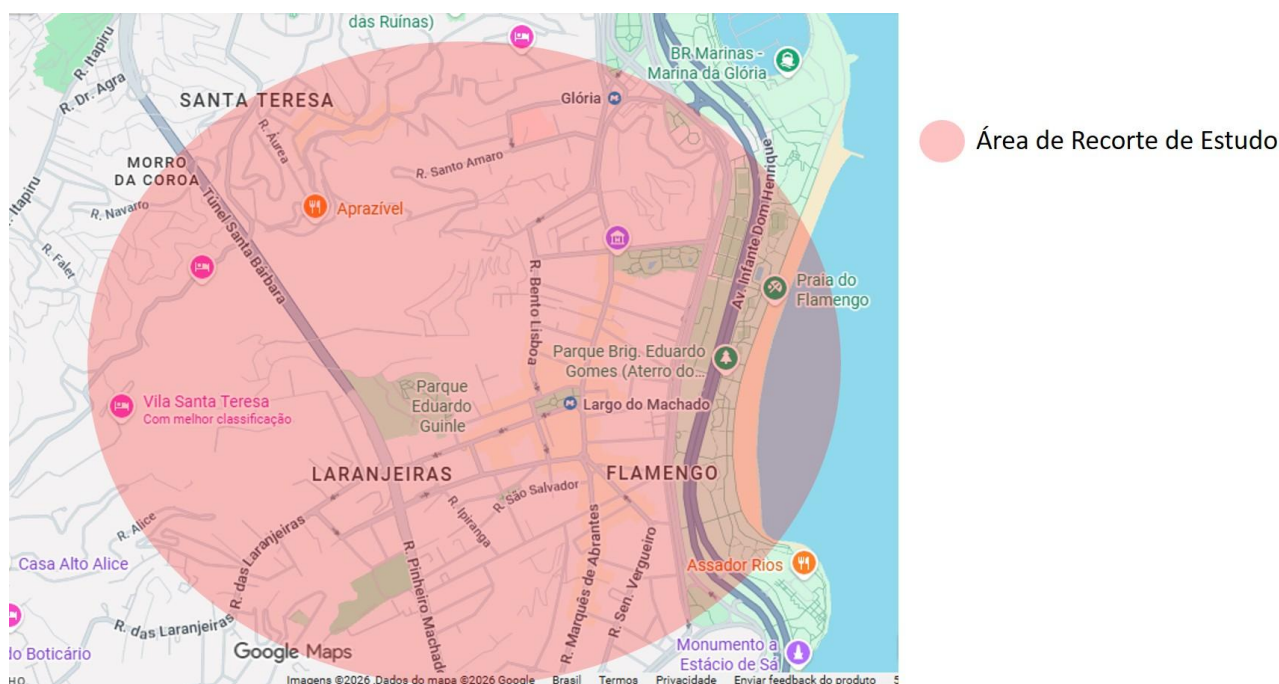
O ano de 2024 foi marcado no Brasil por movimentos, encontros e eventos para lembrar o Golpe Militar que instaurou a Ditadura brasileira em 1964, como reflexão necessária sobre democracia e direitos, e como forma de contestar o apagamento da história e dos traços de muitas torturas e ações apoiadas na suspensão do estado democrático. Este trabalho constrói, neste caminho, mais um viés para entender como o espaço urbano carioca, palco de capturas, espancamentos e mortes, precisa retomar o seu dever educativo e político, revelando com perspicácia aquilo até hoje tenta-se encobrir.

Parte-se do pressuposto de que a cidade não se limita à sua materialidade arquitetônica ou ao seu desenho físico. Ela é também um arquivo sensível, tecido por camadas de lembrança, esquecimento e reinscrição. Nesse sentido, propõe-se o conceito de “memória do lugar”, inspirado na noção de memória social, como chave interpretativa para compreender por que determinados locais tornam-se sensíveis, evitados ou ressignificados, enquanto a história oficial e as políticas urbanas tendem a neutralizá-los ou apagá-los. A memória, aqui, não é apenas narrativa retrospectiva, mas prática espacial incorporada: ela organiza trajetórias, produz esquivas, ativa afetos e estrutura modos de habitar.

A relação entre memória e cidade tem sido objeto de crescente interesse nas ciências sociais e no urbanismo contemporâneo, especialmente quando associada a contextos de violência política. A Ditadura civil-militar brasileira constitui um evento limiar entre trauma e negação, cuja elaboração pública permanece incompleta. Atualmente, ao completar mais de sessenta anos do Golpe Militar, observa-se uma revitalização das disputas em torno da memória recente, revelando que o passado não está encerrado, mas continua a reverberar no presente urbano.

PENSAR FORA DO EIXO

O Rio de Janeiro apresenta-se como caso emblemático dessa dinâmica. Antiga capital federal, sede de órgãos repressivos como o Departamento de Ordem Política e Social - DOPS e palco de manifestações históricas como a Marcha dos Cem Mil¹, a cidade constitui território de sobreposição entre controle estatal e resistência social. No recorte da Grande Glória (abrangendo Catete, Flamengo, Glória e Laranjeiras), recorte desse estudo, os vestígios desse passado persistem, seja por discretas pistas materiais, seja pela recusa ou o ato de evitar certos espaços que permanecem vivos como tragédia memorável na experiência daqueles que viveram a repressão.



Mapa Recorte Área de Estudo (Fonte: Reprodução Google Maps com intervenção autora, 2026)

Ao abordar a memória urbana sob o prisma da repressão e da resistência, identifica-se uma dinâmica complexa de significados contraditórios e sobrepostos. De um lado, narrativas oficiais que selecionam o que deve ser monumentalizado; de outro, memórias subterrâneas, incorporadas ao corpo e transmitidas por meio de relatos, silêncios e práticas cotidianas. Inspirada nas reflexões de Benjamin (1986b), que convoca a escuta da “voz dos vencidos”, e de Certeau (1982), que entende

¹ A Marcha dos Cem Mil foi uma das maiores manifestações populares contra a ditadura militar brasileira, ocorrida em 26 de junho de 1968, na cidade do Rio de Janeiro. O protesto reuniu cerca de 100 mil pessoas nas ruas do centro da cidade para exigir o fim da repressão política, mais liberdade democrática e o respeito aos direitos civis.

PENSAR FORA DO EIXO

a cidade como campo de disputa entre estratégias e táticas, a pesquisa compreende o espaço urbano como arena onde representações concorrentes se enfrentam e precisam se expor.

Certos lugares como praças, ruas, edifícios públicos entre outros, tornam-se arquivos vivos de experiências traumáticas, mesmo quando nada em sua aparência denuncia tais acontecimentos. Como destaca Ricoeur (2007), algo ocorrido “teve lugar”, e é o próprio lugar que passa a mediar a recordação. A cidade revela-se, assim, simultaneamente, visível e invisível: uma praça pode existir fisicamente, mas tornar-se intransitável na experiência subjetiva de quem ali sofreu violência ou testemunhou repressão. A cidade em sua construção material, passa a não ser de todos.

Tal espaço urbano tensionado, que emerge desse contexto, não está limitado a problemas de ordem socioeconômica ou à precariedade infraestrutural. Trata-se também de um espaço simbólico, produzido pelo apagamento seletivo de certas narrativas e pela consagração de outras. A memória coletiva (Pollak, 1989) do Rio de Janeiro é marcada por silêncios e omissões que refletem disputas políticas ainda em curso. Na base do discurso de Pollak (Ibidem), silêncios são os esquecimentos engendrados, construídos como base de sobrevivência de uma memória que se deseja encobrir. Certos espaços são, assim, celebrados como ícones culturais, enquanto outros permanecem ausentes das políticas de preservação, evidenciando a dimensão ideológica do patrimônio.

Ao reunir depoimentos de moradores e realizar entrevistas peripatéticas, caminhadas narrativas realizadas entre pesquisador e interlocutores e que articulam corpo, fala e território, a pesquisa evidencia como a memória sensível fissa o espaço urbano. Lugares aparentemente ordinários tornam-se zonas de retração, esquiva ou ressignificação. O Largo do Machado, localizado entre os bairros do Flamengo, Catete e Laranjeiras, por exemplo, pode ser evitado não por sua configuração física, mas por ancorar lembranças de violência. A cidade apresenta-se, assim, como palimpsesto: camadas sucessivas de escrita, apagamento e reinscrição que configuram uma cartografia emocional que ultrapassa a materialidade visível.

Essa perspectiva dialoga diretamente com os debates sobre representações e preservação do espaço urbano. Ao privilegiar experiências oriundas das bordas narrativas pelas vozes silenciadas ou marginalizadas pelas versões oficiais, o estudo tensiona os limites das políticas patrimoniais tradicionais e propõe uma leitura insurgente da cidade.

Assim, compreender a memória do lugar implica reconhecer que o território urbano é simultaneamente cenário e agente da construção identitária. O papel da arquitetura e do urbanismo

PENSAR FORA DO EIXO

ultrapassa o desenho físico e envolve a mediação entre narrativas concorrentes, afetos e temporalidades. Integrar a memória sensível à paisagem urbana é passo fundamental para a construção de cidades mais inclusivas, capazes de acolher a pluralidade de experiências que compõem sua história.

O Rio de Janeiro permanece sendo um arquivo vivo onde controle e resistência, apagamento e re-inscrição, esquecimento e lembrança coexistem em luta permanente. Ao colocar em diálogo teoria e testemunho, este artigo propõe que a memória não é apenas objeto de preservação, mas força ativa na produção do espaço urbano contemporâneo, configurando uma arena contínua de disputa por representação, pertencimento e reconhecimento.

1 MEMÓRIA, REPRESENTAÇÃO E REMEMORAÇÃO

No volume final de “Em Busca do Tempo Perdido”, de Marcel Proust (1989), o narrador-protagonista descreve o processo de recuperação do tempo vivido a partir de uma experiência sensorial involuntária. A percepção tátil do piso irregular sob seus pés atua como gatilho da memória, desencadeando uma rememoração súbita e intensa. Ao pisar sobre a pavimentação do batistério da Basílica de São Marcos, em Veneza, a personagem é atravessada por um sentimento de felicidade que permite se reconectar ao Pátio dos Guermantes, espaço central do desenrolar da narrativa. A sensação corporal, portanto, não apenas evoca uma lembrança, mas reconstitui a experiência temporal, evidenciando a dimensão sensível da memória e sua ancoragem no espaço. (PROUST, 1989)

De acordo com Assmann (2018), a concepção proustiana de memória parte da ideia de que o presente pode ser atravessado por experiências pretéritas que não se encontram plenamente sob o controle da consciência. O passado, nesse entendimento, não se apresenta como conteúdo disponível à vontade do sujeito, mas como dimensão latente que pode emergir de forma inesperada, interferindo na percepção do agora. A relação entre presente e passado, portanto, revela-se complexa e não linear.

Ao recorrer à metáfora dos negativos fotográficos, Proust (1989) sugere que as experiências vividas permanecem armazenadas em estado potencial, à espera de circunstâncias que possibilitem sua revelação. Assim como um negativo não garante sua transformação em imagem visível, as lembranças também não asseguram sua atualização consciente. O passado persiste como

PENSAR FORA DO EIXO

virtualidade inscrita na memória, podendo ou não vir a se manifestar no fluxo da experiência presente.

Tal perspectiva exige reconhecer que a memória não opera apenas como evocação retrospectiva de fatos passados, mas como força ativa na organização da experiência presente e na atribuição de sentido aos lugares. O território urbano, nesse enquadramento, não é apenas cenário das práticas sociais, mas instância mediadora entre temporalidades distintas, onde passado e presente se entrelaçam na construção de significados. Ao considerar essa dinâmica, torna-se possível compreender como determinadas experiências permanecem latentes na paisagem, influenciando percepções, usos e representações do espaço. É nesse horizonte teórico que se insere a reflexão sobre a natureza da memória e sua relação complexa com o tempo vivido, permitindo fomentar o termo “memória do lugar”, não porque a memória ali esteja, mas porque trabalha no corpo de quem vivencia o espaço físico.

A investigação do espaço urbano não se restringe à análise de suas delimitações físicas ou morfológicas, como já inscrito, mas ultrapassa tais fronteiras ao considerar sua dimensão simbólica e cognitiva. Nesse sentido, é elucidativa a anotação de James Joyce à margem do manuscrito de *Ulysses* — “Locais lembram eventos” (Joyce, ano, Apud Herring, 1972, p.119) —, que sintetiza a capacidade dos lugares de atuar como dispositivos de evocação da experiência vivida.

Conforme interpreta Herring (1972), tal observação revela que o espaço urbano pode ser compreendido como expressão do pensamento humano, funcionando como mediador entre o indivíduo e o mundo que habita, entre a experiência sensível e a memória. Sob essa perspectiva, a arquitetura e o urbanismo não apenas organizam materialmente o território, mas também estruturam modos de percepção, orientando a forma como os sujeitos significam e recordam os lugares. A dimensão imaginativa, portanto, não é acessória, ela participa ativamente da construção do ambiente edificado e da compreensão do mundo vivido. O espaço urbano, a partir da problemática da memória, pode ser entendido como dimensão constitutiva da experiência e da produção do território.

Conhecer os arquivos que as pessoas constroem dos espaços urbanos existentes em suas 10 realidades de vida, possibilita conhecer de que maneira esta cidade existe, simbolicamente. (DUARTE, UGLIONE, 2011, p.1).

A reflexão acima dialoga com a leitura que Lauren Elkin (2022) propõe a partir de Charles Baudelaire, que “uma cidade muda mais depressa do que o coração humano”. A sentença evidencia

PENSAR FORA DO EIXO

a defasagem entre o ritmo acelerado das transformações urbanas e a capacidade subjetiva de assimilá-las. As forças que reconfiguram a cidade frequentemente ultrapassam a possibilidade individual de apreender e arquivar suas imagens, produzindo vestígios que tensionam identidade e pertencimento. Esses rastros urbanos podem ser compreendidos como fragmentos de identidades possíveis, reconfiguradas ao longo do tempo nos territórios que habitamos.

Nessa dinâmica, a experiência da rua revela a dissolução parcial da individualidade: como observa Wolf (2017), deixamos de ser plenamente “nós mesmos” para nos tornarmos, em alguma medida, funções da paisagem urbana. O sujeito, imerso no fluxo da cidade, é simultaneamente agente e produto do espaço que percorre. Assim, compreender o urbano implica reconhecer essa relação recíproca, na qual cidade e subjetividade se transformam mutuamente, produzindo camadas de sentido que articulam memória, identidade e experiência espacial.

A memória urbana é construída a partir de lembranças conscientes, bem como do que pode ser denominado memória espacial inconsciente, em que certos pontos trazem de volta sentimentos e pensamentos livres do passado, que podem não ser capazes de exprimir-se totalmente naquele momento, mas que são baseados em experiências pertencentes ao indivíduo ou à comunidade.

Se a cidade transporta a memória coletiva para seus cidadãos, ela também funciona como suporte da rememoração por meio de seus elementos constitutivos e dos corpos que nela circulam, capazes de evocar recordações e reativar experiências passadas. A memória é o que permite que os indivíduos transformem o espaço em território, isto é, em um espaço ordenado, apropriado e simbolicamente investido de sentido. Nesse processo, sujeitos e grupos sociais deixam marcas, organizam arranjos e instituem referências que possibilitam sua orientação e reconhecimento no tecido urbano. O território, assim, define-se não apenas por sua materialidade, mas pelos significados nele inscritos e continuamente reativados por meio de sua configuração espacial, contribuindo para a construção e manutenção das identidades individuais e coletivas (Knaebel, 1997).

Ao mesmo tempo, a cidade constitui-se sistema em permanente transformação, atravessado por disputas, reconfigurações e sobreposições de sentidos. Abordá-la a partir da memória permite apreender a identidade de seus diferentes bairros, reconstituindo a história de seus espaços e das formas pelas quais foram apropriados por distintos sujeitos e grupos sociais. Pensar a cidade sob essa perspectiva implica também ultrapassar os limites da história oficial, abrindo espaço para

PENSAR FORA DO EIXO

vivências, afetos e narrativas que revelam dimensões frequentemente invisibilizadas da experiência urbana.

Podemos refletir que a memória não é um mero depósito de informações passadas, mas um fenômeno dinâmico que resulta de experiências individuais e sociais e que tem seus sentidos no espaço físico e social. A análise da memória no contexto urbano destaca quais lugares guardam os resquícios de passados silenciados ou esquecidos, mas influenciam presentes, relacionados à vida passada. Ao investigar a interação entre espaço, tempo e narrativa, fica claro que esses espaços físicos são exemplos de como os espaços urbanos podem testemunhar (passiva ou ativamente) a preservação ou o apagamento da memória. Portanto, reitera que a memória não pertence apenas ao passado; ela cura relações dialógicas contínuas com o(s) presente(s) e o(s) futuro(s), tornando os espaços urbanos campos de disputas simbólicas e históricas.

Ao analisar a memória no âmbito da cidade e do estado do Rio de Janeiro, a partir da centralidade da repressão pelas forças militares e das práticas de resistência, é possível distinguir duas categorias fundamentais de espacialidade, ainda que frequentemente sobrepostas, uma vez que determinados lugares foram simultaneamente cenários de violência e de contestação, e muitos foram perdidos ao longo do tempo – devido ao desenvolvimento urbano, negligência ou intencionalidade.

De um lado, identificam-se espaços diretamente atravessados pela lógica do poder soberano, onde se exerceu o controle sobre os corpos classificados como “inimigos” do regime, por meio de vigilância sistemática, julgamentos de exceção, censura, perseguições e práticas punitivas. Esses locais evidenciam a capilaridade do aparato repressivo e a materialização territorial do dispositivo autoritário.

De outro lado, encontram-se espaços que abrigaram manifestações públicas, articulações políticas, encontros e formas de mobilização coletiva que reinstauravam a dimensão do político como exercício de liberdade e expressão no espaço urbano. Nesses territórios, a contestação da ordem ditatorial produziu fissuras na lógica do controle, convertendo ruas, praças e edifícios em arenas de reivindicação e visibilidade. Ambos os tipos de lugares condensam experiências históricas e memórias em tensão, configurando zonas onde diferentes narrativas sobre o passado coexistem e disputam legitimidade.

PENSAR FORA DO EIXO

Nesse quadro, a cidade do Rio de Janeiro revela-se como território fragmentado, não apenas do ponto de vista socioespacial, mas também simbólico. Relatos, testemunhos e pesquisas históricas permitem reconhecer uma cidade atravessada por clivagens, na qual certos espaços permanecem associados à violência e ao silenciamento, enquanto outros se consolidam como referências de resistência e mobilização política – um palco fracionado de memórias. Tal fragmentação expressa, simultaneamente, as estratégias de controle implementadas pelo regime autoritário e as práticas de enfrentamento protagonizadas por diferentes segmentos da sociedade civil.²

1.1 A Cidade como Palimpsesto: Vestígios, Intervenções e Disputas de Memória

A observação da cidade contemporânea permite compreendê-la como um vasto palimpsesto, constituído por sucessivas camadas de inscrição e supressão que acompanham as transformações de sua malha urbana. Cada intervenção, cada reforma e cada reconfiguração espacial implica um gesto simultâneo de escrita e apagamento, por meio do qual o território é continuamente reordenado. A cidade, nesse processo, acumula rastros: marcas visíveis e invisíveis que testemunham diferentes temporalidades sobrepostas.

Entretanto, a noção de palimpsesto não dá margem a uma leitura simplificadora segundo a qual todo apagamento deva ser entendido como perda ou ociosidade. Se assim fosse, cada transformação urbana converter-se-ia necessariamente em amnésia coletiva. A própria lógica do palimpsesto reside na possibilidade de tornar legíveis as camadas que se acumulam e se encobrem mutuamente, permitindo que o passado permaneça inscrito, ainda que parcialmente velado, na textura da cidade. O apagamento, portanto, não significa necessariamente eliminação absoluta, mas pode representar deslocamento, reconfiguração ou reinterpretação de sentidos.

Há, contudo, supressões que produzem fissuras mais profundas do que simples alterações formais no desenho arquitetônico ou na estrutura viária. Determinados processos de apagamento afetam lugares cuja significação histórica e simbólica ultrapassa sua materialidade, configurando verdadeiros Lugares de Memória que, embora transformados ou descaracterizados, continuam a exercer influência sobre o imaginário social. Nesses casos, o passado não se dissolve: ele persiste como permanência latente, infiltrando-se no presente como sombra que resiste à completa neutralização.

² <https://oglobo.globo.com/rio/noticia/2025/12/22/rio-tera-placas-para-identificar-locais-de-tortura-e-repressao-da-ditadura.ghtml>

PENSAR FORA DO EIXO

Mesmo quando submetido a tentativas de esquecimento ou reconfiguração, o passado reaparece na experiência urbana como lembrança insistente, reativada por narrativas, práticas e afetos. A cidade-palimpsesto, longe de ser espaço de pura substituição, revela-se território onde o tempo se estratifica e onde as marcas do que foi continuam a tensionar o que é.

Em contextos marcados por passados autoritários, as cidades convertem-se, de maneira singular, em repositórios densos de memória coletiva. Pode-se mencionar Berlim como exemplo paradigmático desse fenômeno, uma vez que sua paisagem urbana concentra marcas materiais e simbólicas de experiências traumáticas. A jornalista norte-americana Jane Kramer (1996), após atenta observação da cidade, registrou essa condição particular ao refletir sobre a forma como o passado permanece inscrito em seu espaço urbano:

Na arqueologia psicológica da cidade, que volta a ser capital alemã, de repente o passado substituiu o muro, e ninguém sabe bem onde colocar o passado, nem como lidar com ele, nem o que fazer com tantas lembranças, e enquanto isso vão falecendo as pessoas que ainda se recordam. (Kramer, 1996, p. 17).

Para Kramer (1996), no lugar do antigo muro que dividia fisicamente a cidade no plano horizontal, projeta-se agora uma espécie de sombra simbólica que, no plano vertical, traça uma linha imaginária entre passado e presente. A inscrição pública de lugares associados ao período nacional-socialista, contudo, não se configurou como um processo imediato ou consensual até a década de 1980. Em diversos casos, placas instaladas em edifícios para indicar suas funções durante o regime, muitas vezes resultado de iniciativas locais, foram posteriormente removidas e descartadas. As antigas dependências da Gestapo, situadas no centro de Berlim, constituem exemplo emblemático desses espaços de memória incômoda, cuja presença evidencia as tensões entre lembrar e apagar na construção da narrativa urbana (Assmann, 2018).

Em movimento recente, a cidade do Rio de Janeiro aprovou legislação municipal que prevê a instalação de placas destinadas a identificar locais utilizados para tortura, prisão e repressão política durante a ditadura civil-militar (1964–1985), como parte de um programa voltado à promoção da memória, verdade e justiça. A iniciativa, amplamente divulgada na imprensa, propõe tornar visíveis espaços historicamente associados a violações de direitos humanos, inscrevendo-os no tecido urbano por meio de sinalização pública. Tal medida poderia representar um avanço no

reconhecimento institucional dessas espacialidades de violência, aproximando o Rio de Janeiro de experiências internacionais de memorialização urbana.³

1.2 Memória do Lugar: Entre Ressignificação e Apagamento

As representações da cidade ocupam um lugar central na constituição de nossas memórias. Ao percorrermos suas ruas, somos atravessados por sentimentos que se vinculam às pessoas, aos edifícios e aos espaços que capturam nossa atenção. Esses arranjos sociais e espaciais moldam nosso senso de pertencimento e nossa forma de presença no território. É a partir dessas experiências que organizamos rotinas, definimos trajetos, planejamos atividades e administramos medos e constrangimentos. A cidade, portanto, não é apenas cenário, mas estrutura ativa na formação das experiências individuais e coletivas.

Nessa perspectiva, o espaço urbano não pode ser entendido como abstração. Conforme propõe Lefebvre (2001), ele se constitui na articulação entre o concebido, o vivido e o percebido, dimensões que se interpenetram e produzem significados. As memórias se constroem justamente nesse entrelaçamento, a partir das experiências inscritas nos lugares da cidade. Assim, os lugares de memória (Nora, 1997) da ditadura remetem a recordações situadas, frequentemente encobertas por discursos de poder ou diluídas na narrativa oficial da história urbana, sobretudo para aqueles que vivenciaram diretamente a repressão.

Insere-se, assim, a noção construída de memória do lugar, entendida como a relação estabelecida entre determinadas espacialidades e experiências subjetivas marcadas por sofrimento, medo ou violência. Certos locais passam a ser evitados porque neles se reativam lembranças indesejadas, muitas vezes associadas a situações traumáticas. Ao propor a espacialização dessas recordações, organizando-as em cenários cotidianos e reconhecíveis, busca-se evidenciar como a evocação da memória se ancora no espaço urbano e como determinadas áreas funcionam como suportes materiais de experiências sensíveis.

A análise de relatos e depoimentos, empregada nesta pesquisa, revela que determinados pontos da cidade foram evitados ou ressignificados ao longo do tempo. Esses lugares não são apenas

³ Durante o desenvolvimento desta pesquisa, não foram obtidas informações mais precisas junto aos órgãos públicos responsáveis acerca da efetiva implementação dessas placas, seus critérios de instalação, cronograma ou localização definitiva. Essa lacuna evidencia a distância entre o anúncio de políticas de memória e sua concretização no espaço urbano, reforçando a permanência de zonas de indeterminação e silenciamento no tratamento institucional do passado autoritário.

PENSAR FORA DO EIXO

estruturas físicas, mas suportes de lembranças relacionadas à vigilância, à violência e às práticas de resistência. As narrativas demonstram que a relação com o espaço é atravessada por afetos e estratégias de autopreservação que continuam a influenciar a experiência urbana no presente.

Dessa forma, a fragmentação urbana do Rio de Janeiro não pode ser explicada apenas por processos formais de planejamento ou expansão territorial. Ela também expressa marcas deixadas por políticas de controle e repressão, assim como pelas múltiplas formas de resistência que emergiram em resposta a esse contexto histórico. A cidade contemporânea carrega, em sua configuração espacial e simbólica, vestígios desse passado, que permanecem inscritos nas práticas cotidianas e nas memórias de seus habitantes, criando camadas simbólicas, rastreáveis, e permitindo compreender o espaço urbano nas dimensões de silêncio e conflito que o atravessam.

2 A DITADURA COMO NARRATIVA URBANA: INSCRIÇÕES E SILENCIAMENTOS

Os vestígios do terror decorrente da ação militarizada do Estado permanecem inscritos na memória daqueles que vivenciaram a Ditadura civil-militar em distintos pontos da cidade do Rio de Janeiro, mesmo após quatro décadas de seu encerramento. Relatos de praticantes da cidade, que experimentaram o período de forma direta ou indireta, evidenciam a persistência dessas marcas na experiência urbana contemporânea, apesar das tentativas de relativização ou negação promovidas por correntes revisionistas.

Ainda que se reconheça a necessidade de analisar a ditadura brasileira em sua especificidade histórica, tal singularidade não implica atenuação de sua gravidade. A avaliação do período não deve restringir-se à contabilização de mortos e desaparecidos, mas deve considerar também os efeitos duradouros inscritos no presente social e espacial. Sob essa perspectiva, e conforme argumentam Telles e Safatle (2010), a violência do regime brasileiro insere-se de forma contundente no ciclo autoritário latino-americano, deixando marcas profundas que ultrapassam o tempo formal de sua vigência e continuam a reverberar na vida coletiva, marcas que não apenas persistem, mas são constantemente reelaboradas por meio das narrativas e representações que circulam na sociedade.

Nesse sentido, como observa Portelli (1996), as representações não se constituem esferas isoladas; elas se estruturam a partir de acontecimentos reconhecidos e organizados segundo determinadas matrizes de sentido, convergindo nas subjetividades e manifestando-se por meio da linguagem. Tal dinâmica, ancorada na identidade dos sujeitos, realiza-se especialmente nas narrativas de memória,

entendidas como processos de significação e produção de sentidos, sob o pressuposto de que não há discurso sem sujeito, nem sujeito desvinculado de ideologia.

Por meio da escuta das narrativas produzidas na esfera pública e na história íntima, especialmente os relatos pessoais sobre a vivência da ditadura civil-militar, a pesquisa em andamento traz uma análise que recusa interpretações fixas ou automatizadas, reconhecendo que os sentidos atribuídos ao passado e às experiências urbanas são atravessados por formações discursivas e posicionamentos ideológicos que circulam socialmente e se inscrevem nos espaços da cidade. Uma cidade oculta, neste sentido, passa a emergir das lembranças e da construção de tal memória individual que, ao ser especializada, se sedimenta.

2.1. A Ditadura Civil Militar no Rio de Janeiro

O primeiro marco normativo do regime instaurado em 1964 foi o Ato Institucional nº 1 (AI-1), editado pela Junta Militar em 9 de abril daquele ano. Sob a justificativa de conter a expansão do comunismo e restabelecer a ordem democrática em um curto intervalo de tempo, o novo governo iniciou uma série de medidas de exceção que alteraram profundamente a estrutura institucional do país. Entre as primeiras consequências estiveram a cassação de mandatos e a suspensão de direitos políticos, atingindo, inclusive, o ex-presidente Juscelino Kubitschek, acusado de corrupção e de vínculos com setores considerados subversivos. As eleições estaduais de 1965, nas quais candidatos alinhados aos militares foram derrotados em Minas Gerais e na Guanabara, precipitaram a promulgação do AI-2. Esse ato extinguiu os partidos políticos existentes, ampliou as intervenções no Poder Judiciário e intensificou os mecanismos de cassação, alcançando inclusive aliados do golpe, como o então governador da Guanabara, Carlos Lacerda.

O movimento que inicialmente contou com o apoio de lideranças civis e governadores consolidou-se progressivamente como projeto predominantemente militar. A criação da Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido governista, não foi suficiente para assegurar hegemonia política nos estados mais populosos, o que levou à adoção de novas medidas autoritárias. O AI-3 instituiu eleições indiretas para governadores, realizadas por colégios eleitorais, e determinou a nomeação de prefeitos das capitais e de municípios considerados estratégicos para a segurança nacional. No mesmo ano, o AI-4 convocou o Congresso para aprovar uma nova Constituição, revogando a Carta de 1946 e institucionalizando juridicamente o regime. Como observa Paiva (2015), o processo não seguiu um plano rígido previamente delineado, mas foi sendo moldado conforme circunstâncias políticas e oportunidades conjunturais.

PENSAR FORA DO EIXO

A radicalização do regime atingiu seu ápice com o Ato Institucional nº 5 (AI-5), que aprofundou a suspensão de garantias constitucionais e consolidou a fase mais repressiva da ditadura. Conforme periodização proposta por Elio Gaspari, o regime pode ser compreendido em diferentes momentos, “Envergonhada”, “Escancarada”, “Derrotada” e “Encurralada”, indicando que o golpe de 1964 não foi um evento homogêneo, mas um processo que se transformou ao longo do tempo. A própria indefinição simbólica quanto à data do golpe, se 31 de março ou 1º de abril, evidencia as disputas narrativas que cercam sua memória histórica.



Tanques na Rua Gago Coutinho em frente ao Parque Lages próximo ao Largo do Machado. Fonte: Arquivo Nacional, 1964.

No plano urbano, a cidade do Rio de Janeiro desempenhou papel central nesse contexto. Antiga capital federal e polo político-cultural de grande relevância, o Rio tornou-se espaço estratégico para a operacionalização da repressão e para a manifestação de resistências. A cidade abrigou a sede do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), órgão fundamental na estrutura de vigilância e perseguição a opositores do regime. Ao mesmo tempo, foi palco de mobilizações expressivas, como a Marcha dos Cem Mil, em 1968, que reuniu estudantes, artistas, intelectuais e diversos segmentos sociais nas ruas do centro, configurando uma das mais significativas manifestações

PENSAR FORA DO EIXO

públicas contra a ditadura. Dessa forma, o Rio de Janeiro consolidou-se como território emblemático das tensões entre controle estatal e ação coletiva durante o período autoritário.



A antiga sede do Departamento de Ordem Política e Social (Dops), na Lapa, centro do Rio. Foto: Tânia Rêgo/Agência Brasil

Se, como argumenta Michel de Certeau (1982), antes de interrogar o que a história afirma sobre uma sociedade é preciso compreender os modos pelos quais ela opera em seu interior, torna-se necessário examinar os mecanismos que autorizam determinadas narrativas e interditam outras. A história não se produz em terreno neutro: ela se inscreve em um campo de forças que viabiliza certos discursos enquanto exclui acontecimentos, experiências e sujeitos que não se ajustam às matrizes dominantes de interpretação. O lugar, entendido aqui tanto como espaço físico quanto como posição discursiva, exerce, assim, dupla função: possibilita investigações alinhadas às problemáticas reconhecidas em determinado contexto e, simultaneamente, atua como instância de censura, ao silenciar eventos sociais, políticos e econômicos que tensionam a ordem vigente.

PENSAR FORA DO EIXO

Nesse enquadramento, conforme observa Lifschitz (2016), a Ditadura civil-militar brasileira não apenas reprimiu opositores políticos, mas buscou apagar suas trajetórias e memórias, convertendo-os em “não-pessoas” no interior do discurso oficial. Intelectuais, estudantes, operários e diversos outros sujeitos foram submetidos a processos de invisibilização que produziram marcas profundas e frequentemente não reconhecidas. Recuperar essas experiências não constitui mero gesto memorialista, mas condição para a construção de uma memória coletiva capaz de reconhecer as violações cometidas pelo Estado e de reinscrever essas histórias no espaço público. Ao mesmo tempo, o autor ressalta que, mesmo diante da repressão, tais sujeitos desenvolveram formas de resistência, por meio da ação política, da produção cultural ou da preservação de suas narrativas, evidenciando que o silenciamento nunca se realiza de modo absoluto.

A noção de “não-dito”, formulada por Certeau (1994), contribui para aprofundar essa reflexão ao designar aquilo que permanece implícito, marginalizado ou deliberadamente excluído das narrativas hegemônicas. O que não é enunciado pode revelar tanto quanto aquilo que é explicitamente afirmado, pois as lacunas, ausências e silêncios também estruturam a memória social. Assim, a análise das narrativas exige uma escuta atenta às camadas subjacentes do discurso, às marcas do implícito e às zonas de sombra que configuram as representações culturais e históricas.

No caso do Rio de Janeiro, cidade atravessada por múltiplos espaços associados à Ditadura civil-militar, essas disputas narrativas permanecem evidentes. As políticas oficiais implementadas até o momento têm sido frequentemente caracterizadas por um viés conciliatório, enquanto movimentos sociais reivindicam o reconhecimento de vozes historicamente silenciadas. Examinar tais tensões implica compreender como o passado atua como permanência no presente, reaparecendo sob a forma de lembrança insistente que, mesmo quando se tenta negar, projeta-se como sombra sobre a cidade contemporânea.

2.2 A Cidade Narrada: Memória, Discurso e Produção de Sentidos

“Todos nós somos discursos em vida.”
(Orlandi, 2007).

As reflexões contemporâneas sobre a memória reconhecem o esquecimento não como mero déficit, mas como dimensão constitutiva do próprio processo de recordar. Embora autores como Ricoeur (2007) e Pollak (1989) apontem o esquecimento como elemento que tensiona a confiabilidade da memória, frequentemente concebida como esforço de resistência à perda, a filosofia e a historiografia recentes complexificam essa oposição clássica. Lembrar e esquecer deixaram de ser

PENSAR FORA DO EIXO

entendidos como polos antagônicos simples e passaram a ser concebidos como operações interdependentes na constituição da experiência temporal.

Partindo da premissa de que não há memória total ou integralmente preservada no sujeito, pode-se afirmar que a construção de uma lembrança consistente depende justamente da capacidade de esquecer. O esquecimento não se reduz a falha, mas opera como condição que possibilita a rememoração, isto é, o retorno seletivo de determinados acontecimentos à consciência. Nesse sentido, as narrativas desempenham papel central, uma vez que toda recordação é mediada por processos de seleção, organização e hierarquização dos eventos. Se não somos capazes de recordar tudo, tampouco podemos narrar a totalidade da experiência vivida.

Os mecanismos do esquecimento, portanto, manifestam-se na própria configuração narrativa, seja por meio de omissões, silêncios, deslocamentos ou estratégias de esquivas. Ao contar uma história, o sujeito não apenas recupera o passado, mas também evidencia aquilo que permanece latente ou não dito. A tensão permanente entre memória e esquecimento torna-se, assim, produtiva: é ela que permite tanto a elaboração de imagens sobre eventos pretéritos quanto o arquivamento simbólico do presente, projetando-o como potencial objeto de recordação futura.

As pessoas que contam histórias nem sempre contam histórias porque amam contar histórias. Às vezes, as pessoas contam histórias porque precisam entender as histórias que contam, decifrar palavras rasuradas semidesaparecidas por baixo das letras dentro de bilhetes que precisarão ser queimados depois de lidos. Porque o passado, mesmo quando é bem conservado, bem guardado com bolinhas de naftalina, aquelas bolinhas brancas que dão vontade de comer como bolinhas deliciosas de açúcar, enfim, o passado é cheio de fantasmas. (Gomez, 2025, p. 33).

O instante da recordação corresponde, para o sujeito, a um processo de reconhecimento, no qual se opera a passagem da memória inscrita no corpo para a memória ancorada nos lugares. Essa transição realiza-se por meio de práticas fundamentais da experiência urbana, orientar-se, deslocar-se e, sobretudo, habitar. Os acontecimentos rememorados tendem, assim, a vincular-se intrinsecamente a espacialidades específicas, o que explica o uso recorrente da expressão “ter lugar” ao narrar um evento passado. A memória, ao assumir caráter coletivo, incorpora valores compartilhados pela comunidade, nos quais tempo e espaço se entrelaçam.

Interrogar o que significa contar uma história, ou narrar a história, implica refletir sobre a função e a necessidade da narração, bem como sobre suas frequentes interrupções ou impossibilidades. A narrativa constitui elemento central na formação do indivíduo, pois permite que o passado seja rearticulado pela palavra, impedindo que se dissipe no silêncio. Ao longo da história, o ato de narrar

PENSAR FORA DO EIXO

tem se afirmado como forma privilegiada de expressão e produção de sentido, articulando palavras, sons e gestos em um processo que organiza a experiência e a torna inteligível. A tessitura narrativa apresenta como traço distintivo a capacidade de aproximar elementos heterogêneos, estabelecendo conexões entre fragmentos dispersos da vivência.

Nesse contexto, história, memória e identidade mostram-se profundamente imbricadas. A construção identitária depende de processos narrativos, uma vez que a história, em sentido amplo, inclusive enquanto disciplina acadêmica, é sempre mediada por formas de relato. Narrar sobre si mesmo constitui exercício fundamental de elaboração identitária, pelo qual o sujeito organiza e ressignifica sua trajetória. Atender ao apelo do passado significa, também, abrir-se à possibilidade de transformação do presente, mesmo quando essa convocação se manifesta de modo tênue ou aparentemente abafado, persistindo como eco que insiste em ser escutado.

3 ENTRE LUGARES E NARRATIVAS: CAMINHOS DA PESQUISA

Mais de quarenta anos após o fim da Ditadura Civil-Militar, as marcas do terror imposto pelo Estado permanecem inscritas em determinados pontos da cidade do Rio de Janeiro, configurando-se como expressões da “memória do lugar”. São espaços nos quais o passado não se dissolve, mas se mantém latente, reativado pelas experiências e narrativas daqueles que ali viveram situações de repressão, medo e resistência.

Para a realização da etapa empírica da pesquisa, foram conduzidas entrevistas de caráter aberto e narrativo com moradores antigos e frequentadores da região da Grande Glória, especialmente nos bairros do Catete, Glória, Flamengo e Laranjeiras. Os interlocutores foram selecionados por amostragem intencional, priorizando indivíduos que viveram, trabalharam ou circularam cotidianamente por essa área durante o período da ditadura. As conversas foram realizadas de forma peripatética, muitas vezes durante caminhadas pelos próprios bairros, estratégia que permitiu que determinados pontos da cidade funcionassem como gatilhos de lembranças e facilitassem a evocação de experiências vividas. Dessa forma, a narrativa emergia em diálogo direto com o espaço urbano, revelando como certos lugares permanecem associados a episódios de vigilância, repressão ou mobilização política. Os depoimentos foram registrados, transcritos integralmente e posteriormente analisados qualitativamente, buscando identificar recorrências temáticas e relações entre memória, experiência subjetiva e espacialidade urbana.

PENSAR FORA DO EIXO

Dentre as entrevistas realizadas, relatos da Comissão Nacional da Verdade e trechos literários que abordam esse período da história, foram encontrados relatos que evocavam dolorosamente aquele período sombrio, trazendo à tona lembranças marcantes da Ditadura Civil Militar. Alguns trechos desses depoimentos são reveladores da capacidade dos lugares de aprisionar vivências ou de trazer à tona lembranças de eventos passados:

Morávamos numa casa de dois andares, na esquina da Rua Delfim Moreira com a Almirante Pereira Guimarães, em frente à praia. Na época, uma transversal tranquila, com casas de classe média e sobrados, onde crianças brincavam e jogavam bola na rua. (...) No Leblon, Zona Sul carioca, meu pai, engenheiro, foi preso por militares em casa e levado a unidades da Aeronáutica e depois do Exército (...) O feriado de 20 de janeiro de 1971 é um dia que não tem fim. Demoramos para entender por que esse dia existiu e foi daquele jeito. Depois de caminhar na orla, meu pai se deitou no sofá do escritório de casa, acendeu um charuto e começou a ler jornais. Minha mãe lhe fez companhia. O telefone tocou pouco depois das dez da manhã. A voz de uma mulher pediu nosso endereço para entregar uma encomenda do Chile. Ele não notou nada de anormal e deu. Meia hora depois, seis sujeitos armados em trajes civis cruzaram o quintal. Tensos, como se invadissem um aparelho subversivo. Entraram pela porta dos fundos da casa de esquina. Cruzaram a cozinha, apontando metralhadoras para a empregada, Maria José. Mandaram erguer as mãos. Calma, calminha... Nossa casa ficava na esquina da Almirante Pereira Guimarães com a Delfim Moreira. O portão de entrada era na Guimarães. O da garagem, na Delfim Moreira. O endereço era Delfim Moreira, 80. Existe ainda. Não a casa, o endereço, um prédio preto, de poucos andares, construído no boom imobiliário que desfigurou o Leblon dos anos 80. Um edifício escuro, que lembra um caixão, com um jazigo, uma pedra preta em frente, e que ficou anos em reforma, corroído pela maresia. Sei porque toda vez que passo em frente dou uma boa olhada. Olá, antiga casa. Olá, antigo garoto. (Paiva, 2015, p. 105-121)

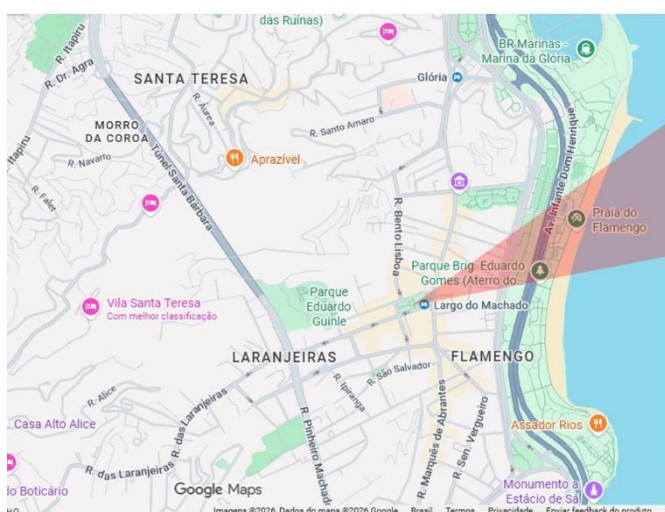
É possível observar na narrativa apresentada por Marcelo Rubens Paiva (2015) em seu livro "Ainda Estou Aqui" que, sempre ao relatar a prisão de seu pai e suas memórias desse período, ele menciona o bairro do Leblon (zona sul do Rio de Janeiro), onde se localizava sua residência e local da prisão de seu pai, como o ponto central de suas lembranças. Esse lugar não é apenas associado aos eventos que lá ocorreram, mas também é profundamente marcado pelas experiências traumáticas vividas pelo autor, que persistem na memória e têm influência significativa em sua vida até os dias atuais.

Narrativas recolhidas por xxxx (2020), na dissertação de mestrado, evidenciam a permanência sensível do período da Ditadura civil-militar na memória de moradores da região do Catete. Nos depoimentos, o Largo do Machado e seu entorno emergem como espacialidades densamente marcadas por experiências de violência e repressão. Uma interlocutora, então jovem estudante que circulava pela área, recorda que, durante os anos mais duros do Regime militar, o local "era uma praça de guerra", ocupado por cavalaria, tropas e tanques, ambiente no qual qualquer tentativa de

PENSAR FORA DO EIXO

manifestação resultava em agressões físicas, experiência que, segundo ela, deixou inclusive marcas corporais que persistem como cicatriz. Em outro relato, um interlocutor afirma evitar o Largo do Machado até hoje, por associá-lo à tortura sofrida no período, mencionando a possibilidade de reencontrar, naquele espaço, o agente responsável pelas violências, ainda que prefira não aprofundar o assunto.

Em ambos os casos, observa-se que o Largo do Machado, trecho importante da Rua do Catete – representado por uma grande praça central, não aparece apenas como cenário dos acontecimentos, mas como núcleo irradiador de memória, onde experiências traumáticas se ancoram e se atualizam no presente.



Mapa localização Largo do Machado e Rua do Catete na cidade do Rio de Janeiro. Fonte: Mapa Google Maps com intervenções e fotos da autora, 2020.

O espaço urbano funciona, assim, como suporte material e simbólico da lembrança, condensando vivências que ultrapassam o fato histórico e repercutem na subjetividade dos interlocutores. Entre as narrativas reunidas ao longo da pesquisa, algumas evocam de modo particularmente doloroso esse período autoritário, revelando a capacidade dos lugares de reter experiências e reativar memórias que continuam a reverberar na vida cotidiana dos interlocutores.

Embora sejam muitas vezes esquecidas ou ignoradas pela maioria da população atual, as pessoas que vivenciaram os tempos de repressão do governo militar no Rio de Janeiro ainda carregam

PENSAR FORA DO EIXO

vestígios e rastros dos sentidos, significados e verdades vivenciadas como protagonistas e testemunhas. Através dos relatos coletados por meio de entrevistas, em uma abordagem inicial desta pesquisa de doutorado, e de pesquisa documental, pode-se identificar uma cidade partida, onde certos espaços marcados pela violência e repressão são “esquecidos”, enquanto outros serviram como pontos de resistência e manifestação política.

Essa condição de cidade partida torna-se ainda mais evidente quando práticas contemporâneas de denúncia reinscrevem o passado autoritário no cotidiano dos bairros que compõem o recorte desta pesquisa. Na Rua Marques de Abrantes, nº 218, no Flamengo, integrantes do movimento Levante Popular da Juventude realizaram um ato de escracho em frente à residência do militar José Antônio Nogueira Belham, acusado de participação em torturas durante a ditadura civil-militar e de chefiar o DOI-CODI do Rio de Janeiro.

A ação, segundo os organizadores, buscava chamar a atenção para a importância da Comissão Nacional da Verdade e para a necessidade de responsabilização de agentes do Estado envolvidos em violações de direitos humanos entre 1964 e 1985. Em conversas com moradores e pessoas que transitavam pela via, emergiram percepções distintas, alguns reconheciam a legitimidade do gesto como forma de tornar visível uma história que consideram ainda pouco enfrentada institucionalmente; outros manifestavam incômodo com a exposição pública em uma rua residencial, revelando tensões entre memória, justiça e vida cotidiana. O episódio evidencia como o Flamengo, parte da área da Grande Glória, permanece atravessado por disputas narrativas nas quais o espaço urbano deixa de ser mero cenário e se converte em arena simbólica de confrontação entre lembrança e silêncio. Assim, a manifestação na Marques de Abrantes reafirma que os lugares associados à repressão não pertencem apenas ao passado, mas continuam a ser reativados por práticas sociais que tensionam o presente e desafiam a neutralização da memória autoritária na paisagem da cidade.

À luz dessa cena urbana, torna-se pertinente recorrer à reflexão de Assmann (2018), segundo a qual os espaços vinculados à memória consolidam-se por meio das narrativas que sobre eles se produzem, ao mesmo tempo em que sua presença material confere densidade e legitimidade a tais relatos. Estabelece-se, assim, uma dinâmica de retroalimentação entre lugar e discurso, na qual o espaço sustenta a narrativa e a narrativa reinscreve o espaço no campo da memória coletiva. Contudo, quando se trata de experiências atravessadas pela violência e pelo trauma, essa articulação tende a se fragilizar. Lugares marcados por práticas repressivas frequentemente

PENSAR FORA DO EIXO

carregam silêncios persistentes, resultantes tanto de barreiras subjetivas que dificultam a elaboração do vivido quanto de pactos sociais implícitos que desestimulam sua exposição pública. Nesses contextos, o espaço permanece como testemunho material de acontecimentos cuja enunciação é parcial, interrompida ou tensionada por disputas que atravessam o presente.



Manifestação realizada na Rua Marquês de Abrantes, no Flamengo, pede justiça pelas vítimas da ditadura (Fonte: Reprodução do Instagram, 2025)

3.1. Escuta ativa e Contra-cartografias

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa e interpretativa, orientada pelos pressupostos da história oral (Portelli, 1996) e articulada à análise temática de narrativas. Parte-se do entendimento de que a memória traumática não se reduz ao conteúdo factual do relato, mas se expressa também por meio de ritmos, pausas, hesitações e silêncios, elementos que constituem dimensões significativas da experiência vivida. Assim, a escuta ativa assume papel central, permitindo apreender como as lembranças se articulam à espacialidade urbana e como o corpo, ao narrar, reinscreve no presente marcas do passado. A dimensão sensível da memória, frequentemente ausente da história oficial, configura-se como eixo epistemológico da investigação, orientando tanto a produção quanto a interpretação dos dados.

PENSAR FORA DO EIXO

O objetivo metodológico consiste em identificar, registrar e cartografar memórias traumáticas associadas a lugares específicos dos bairros do Catete, Glória, Flamengo e Laranjeiras, no Rio de Janeiro. Busca-se estabelecer a relação entre espaço físico e evocação afetiva, distinguindo a “memória do lugar” dos chamados lugares de memória institucionalizados, uma vez que os espaços acionados pelos interlocutores não se apresentam como marcos celebratórios, mas como territórios íntimos de dor, medo e resistência. A pesquisa propõe ainda a elaboração de um mapeamento morfológico-afetivo, capaz de representar espacialmente os relatos e evidenciar como essas memórias se distribuem, se concentram ou permanecem silenciadas na malha urbana.

A delimitação territorial fundamenta-se na relevância histórica e institucional da região durante o período da ditadura civil-militar, marcada pela proximidade com sedes administrativas, edifícios vinculados ao aparato estatal e intensa circulação de agentes públicos. Ao mesmo tempo, trata-se de uma área com significativa permanência de moradores antigos, o que amplia a possibilidade de acesso a narrativas diretas ou testemunhais do período compreendido entre 1964 e 1985. A seleção dos interlocutores ocorreu por amostragem intencional, privilegiando sujeitos que residiram, trabalharam ou estudaram na região nesse intervalo temporal e cujas trajetórias revelam experiências relacionadas à repressão, à vigilância ou à atmosfera de controle que permeava o cotidiano. A aproximação foi conduzida com rigor ético, mediante entrevistas abertas e extensivas, permitindo que a narrativa fosse organizada pelo próprio informante, sem imposição de roteiros rígidos ou direcionamentos prévios.

Reconhecendo as limitações inerentes à memória e à subjetividade, a metodologia, ainda assim, demonstra potencial para revelar dimensões invisibilizadas da cidade e contribuir para uma leitura do urbanismo que incorpore o afeto, o trauma e o direito à memória como componentes legítimos da produção espacial.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste artigo evidencia que a cidade do Rio de Janeiro, especialmente no recorte da Grande Glória, constitui-se como território onde memória, espaço e narrativa permanecem profundamente imbricados. Ao investigar relatos, testemunhos e práticas contemporâneas de re-inscrição do passado, tornou-se possível reconhecer que o período da ditadura civil-militar não se encontra encerrado na história oficial, mas continua a reverberar na experiência urbana. O espaço, longe de ser mero suporte físico, atua como mediador entre

PENSAR FORA DO EIXO

temporalidades, condensando marcas de repressão e resistência que se atualizam nas trajetórias cotidianas dos sujeitos.

A noção de memória do lugar mostrou-se fundamental para compreender por que determinados pontos da cidade tornam-se sensíveis, evitados ou ressignificados. Esses espaços operam como dispositivos de evocação, ativando lembranças que organizam percursos, produzem esquivas e estruturam modos de habitar. Ao mesmo tempo, evidenciou-se que políticas urbanas e narrativas institucionais nem sempre incorporam essas camadas sensíveis, o que resulta na permanência de zonas de silêncio e na fragilidade de iniciativas voltadas à preservação da memória traumática. A cidade revela-se, assim, como palimpsesto em que escrita e apagamento coexistem, tensionando continuamente a construção do passado no presente.

O estudo também demonstrou que o espaço urbano é campo de disputa simbólica. Lugares associados ao aparato repressivo e à violência estatal convivem, muitas vezes de forma sobreposta, com espacialidades de mobilização política e resistência coletiva. As narrativas recolhidas indicam que essa sobreposição não se resolve de maneira linear, mas produz uma paisagem urbana marcada por ambiguidades, contradições e conflitos de interpretação. A memória, nesse contexto, não se limita a recordar o que foi, mas participa ativamente da produção de sentidos e da definição do que deve ser reconhecido como parte legítima da história da cidade.

Por fim, reafirma-se que integrar a memória sensível ao debate urbano constitui passo essencial para a construção de cidades mais inclusivas e democráticas. Reconhecer as camadas traumáticas inscritas no território não significa monumentalizar a dor, mas assumir a responsabilidade de tornar visíveis experiências historicamente silenciadas. Ao colocar em diálogo teoria e testemunho, este trabalho sustenta que a memória do lugar é força ativa na produção do espaço contemporâneo, configurando uma arena permanente de disputa por reconhecimento, pertencimento e justiça simbólica no Rio de Janeiro.

REFERÊNCIAS

ASSMANN, Aleida. **Espaços de recordação: formas e transformações da memória cultural.**

Tradução de Paulo Soethe. Campinas: Editora da Unicamp, 2018.

BENJAMIN, Walter. Experiência e pobreza. In: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura.** Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986a.

----- . O narrador. In: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura.** Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986b.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

----- . **A invenção do cotidiano.** Petrópolis: Vozes, 1994.

DUARTE, Cristina; UGLIONE, Paula. **Arquivos urbanos: memória e história na cidade.** Quaderns de Psicologia. Barcelona: Universitat Autònoma de Barcelona, v. 13, n. 1, p. 91–101, 2011.

ELKIN, Lauren. **Flâneuse.** Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Fósforo, 2022.

GOMEZ, Silvia. **Lady Tempestade.** 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2025.

HERRING, Philip F. **Joyce's notes and early drafts for "Ulysses".** Charlottesville: University Press of Virginia, 1972.

KNAEBEL, Georges. **Désordre, sens et espace: un programme de recherche.** Paris: Institut d'Urbanisme de Paris, 1997.

KRAMER, Jane. **Unter Deutschen: Briefe aus einem kleinen Land in Europa.** Berlim: [s.n.], 1996.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade.** Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

PENSAR FORA DO EIXO

LIFSCHITZ, Javier Alejandro. Em torno da memória política. **Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 15, p. 67–84, 2016.

NORA, P. **Lês Lieux de Mémoires**. Gallimard, Paris. 1997.

ORLANDI, Eni. **As formas do silêncio: no movimento do sentido**. 6. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

PAIVA, Marcelo Rubens. **Ainda estou aqui**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

POLLAK, M. **Memória e Identidade Social**. In: **Estudos Históricos**. Vol. III. Rio de Janeiro: Ass. De Pesquisa e Documentação Histórica do Cpdoc/FGV.1992.

_____. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. In: **Estudos Históricos**, 2 (3). Rio de Janeiro. 1989.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito, política e senso comum. In: FERREIRA, Marieta; AMADO, Janaína (org.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

PROUST, Marcel. **Em busca do tempo perdido: O tempo redescoberto**. Tradução de Lúcia Miguel Pereira. Porto Alegre: Globo, 1989.

TELLES, Vera; SAFATLE, Vladimir. **Poéticas do pós-ditadura: memória, história, esquecimento**. São Paulo: Editora 34, 2010.

UGLIONE, Paula. **Arquivo mnemônico do lugar: memória e histórias da cidade**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Rio de Janeiro, 2008.

WOOLF, Virginia. **Mrs. Dalloway**. London: Penguin Classics, 2017.